

Comissão nº 04

Temática: Negociado sobre o legislado

PROPOSTA 1	LEI 13.467/17. SUPREMACIA DE NORMAS CONSTITUCIONAIS. I – A supremacia da Constituição Federal de 1988 faz com que o rol de direitos elencados no artigo 611B da CLT não seja exaustivo, sendo indisponíveis os direitos fundamentais protegidos constitucionalmente, que não podem ser reduzidos ou suprimidos pela autonomia coletiva privada, razão pela qual fica afastada qualquer outra interpretação dada à expressão “exclusivamente”. II – Cláusulas com efeitos retroativos, exceto se mais benéficas ao trabalhador, são infensas à negociação coletiva mesmo não constando expressamente no rol do artigo 611B da CLT.	Aprovada por maioria.
PROPOSTA 2	LEI 13.467/17. PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO. O “princípio da intervenção mínima da vontade coletiva” previsto no artigo 8º, § 3º, da CLT, deve ser interpretado no contexto de seu caput, observando-se, portanto, outros princípios e normas gerais do Direito, principalmente do Direito do Trabalho, cuja autonomia é reconhecida na Constituição Federal de 1988 (artigo 22, inciso I), o que induz à conclusão de que o Direito Comum só poderá ser aplicado subsidiariamente se for compatível com os princípios laborais.	Aprovada por maioria.
PROPOSTA 3	LEI 13.467/17. GARANTIA DE EMPREGO. I – A proteção constitucional da estabilidade da gestante limita a autonomia coletiva privada, que não pode condicioná-la ao exercício de ação no período de estabilidade ou prever prazo para comprovação da gravidez sob pena de renúncia tácita à garantia de emprego, pois referida estabilidade está inserida na proteção ao mercado de trabalho da mulher, à maternidade e ao nascituro, previstas nos incisos XIII e XV do artigo 611B da CLT. II – A liberdade sindical preconizada no inciso XXVI do artigo 611B da CLT inclui a ilicitude de cláusula de negociação coletiva que relativize a vedação de dispensa de empregado sindicalizado com cargo de direção ou representação sindical, por ser matéria de patamar constitucional (artigo 8º, VIII, da CF).	Aprovado por maioria.
PROPOSTA 4	LEI 13.467/17. PODER NORMATIVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO. A prevalência do negociado sobre o legislado autorizada no artigo 611A da CLT, está alicerçada no exercício da autonomia privada coletiva, o que não implica perda do poder normativo da Justiça do Trabalho na solução de conflitos coletivos, na forma do artigo 114, § 2º, da Constituição Federal.	Aprovada por maioria.

I Jornada sobre a Reforma Trabalhista

Propostas aprovadas pela Comissão nº 4



PROPOSTA 5	LEI 13.467/17. REGISTRO DE JORNADA. A previsão do artigo 611A, inciso X, da CLT, refere-se exclusivamente ao modo manual, mecânico ou eletrônico, não afastando a necessidade de registro para verificação da assiduidade e pontualidade do trabalhador e tampouco alterando o ônus da prova, que é do empregador que tenha dez ou mais empregados, sendo inválido o “registro de ponto por exceção”.	
------------	--	--